ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.16492

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

AÇÕES POLÍTICAS E TERRITORIAIS DOS TRABALHADORES SEM-TERRA NO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO I E II NA LUTA PELA TERRA EM NOVA ROSALÂNDIA-TO

Political and territorial actions of landless workers in the padre josimo i and ii settlement in the struggle for land in nova Rosalândia-TO

Acciones políticas y territoriales de los trabajadores sin tierra en el asentamiento padre josimo i y ii en la lucha por la tierra en nova Rosalândia-TO

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional

ELIZEU RIBEIRO LIRA
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional

LUCINÉIA MEDRADO DE SOUZA
Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Resumo: O presente artigo busca abordar e analisar o papel do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na organização política dos trabalhos para a condução dos acampamentos e ocupações nas imediações da rodovia 153, em Nova Rosalândia (TO), que resultou na formação do Assentamento Padre Josimo I e II. Os aspectos metodológicos utilizados compreendem revisão bibliográfica sobre o tema em pauta; trabalho de campo com aplicação de questionários às famílias assentadas e, por fim, a análise dos dados coletados. Pela análise, depreendeu-se que, no Brasil, os trabalhadores e camponeses lutam pelo acesso à terra, como forma de ter um instrumento para manter a sua existência. As políticas de reforma agrária instituídas pelo Estado não atendem às demandas sociais e políticas da população sem-terra, de modo que o MST organiza e politiza a luta pela posse da terra, representando a resistência camponesa. O afastamento do MST após a conquista da terra é aqui entendido como um movimento natural e dialético, entretanto provoca o afastamento da luta pela reforma agrária em si, o que não é desejável. A continuidade da atuação de quem já se estabeleceu incentiva os que ainda lutam pela conquista da terra. Para tal, as orientações do MST se fazem cruciais.

Palavras-chave: Movimento Sem Terra; assentamento; Padre Josimo; reforma agrária; terra.

Abstract: This article seeks to address and analyze the role of the Landless Workers Movement (MST) in the political organization of the work for the conduct of encampments and occupations which resulted in the formation of the Padre Josimo Settlement. The methodological aspects used include a literature review on the topic in question; field work with application of questionnaires to settled families and, finally; the analysis of the collected data. From the analysis, it was inferred that, in Brazil, workers and peasants fight for access to land, as a way of having an instrument to maintain their existence. The land reform policies instituted by the State do not meet the social and political demands of the landless population, so the MST organizes and politicizes the struggle for land ownership, representing peasant resistance. The withdrawal of the MST after the conquest of the land is understood here as a natural and dialectical movement, however, it causes a withdrawal from the struggle for agrarian reform itself, which is not desirable. The continuity of the work of those who have already established themselves encourages those who are still fighting for the conquest of the land. To this end, the MST guidelines are crucial.

Keywords: Landless Movement; settlement; Father Josimo; land reform; land.

Resumen: Este artículo busca abordar y analizar el papel del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) en la realización de campamentos y ocupaciones que resultó en la formación del Asentamiento del Padre Josimo I y II. Los aspectos metodológicos utilizados incluyen una revisión bibliográfica sobre el tema en cuestión; trabajo de campo (cuestionarios) y el análisis de los datos recogidos. Del análisis se infirió que, en Brasil, los trabajadores y campesinos luchan por el acceso a la tierra, como una forma de tener un instrumento para mantener su existencia. Las políticas de reforma agraria instituidas por el Estado no atienden las demandas sociales y políticas de la población sin tierra, por lo que el MST organiza y politiza la lucha por la propiedad de la

tierra, representando la resistencia campesina. El retiro del MST luego de la conquista de la tierra se entiende aquí como un movimiento natural y dialéctico, sin embargo, provoca un retiro de la lucha por la reforma agraria misma, lo cual no es deseable. La continuidad del trabajo de los que ya se establecieron anima a los que aún luchan por la conquista de la tierra. Para este fin, las directrices del MST son cruciales.

Palabras clave: Movimiento Sin Tierra; asentamiento; Padre Josimo; reforma agraria; tierra.

INTRODUÇÃO

A análise das ações políticas e territoriais na trajetória do processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II, no estado do Tocantins, no período de 2003 a 2016, bem como o papel e a influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na formação do assentamento, configuram-se como norteadores para conduzir a argumentação deste artigo. As ações políticas e territoriais dos trabalhadores sem-terra juntamente com o MST operam em prol de compelir o poder público na realização efetiva da reforma agrária. Nessa perspectiva, torna-se crucial para essa pesquisa compreender o que é, de fato, a reforma agrária e por que é preciso que esta política se concretize. Em termos gerais, a reforma agrária surge como uma política voltada para a equalização da posse da terra, promovendo a divisão e distribuição das terras improdutivas, tanto particulares quanto públicas. Tal processo contraria os interesses do latifúndio e acaba por ocorrer muito lentamente, de modo que a reforma agrária é ainda considerada uma utopia para muitas famílias que necessitam e não possuem terra para sua subsistência.

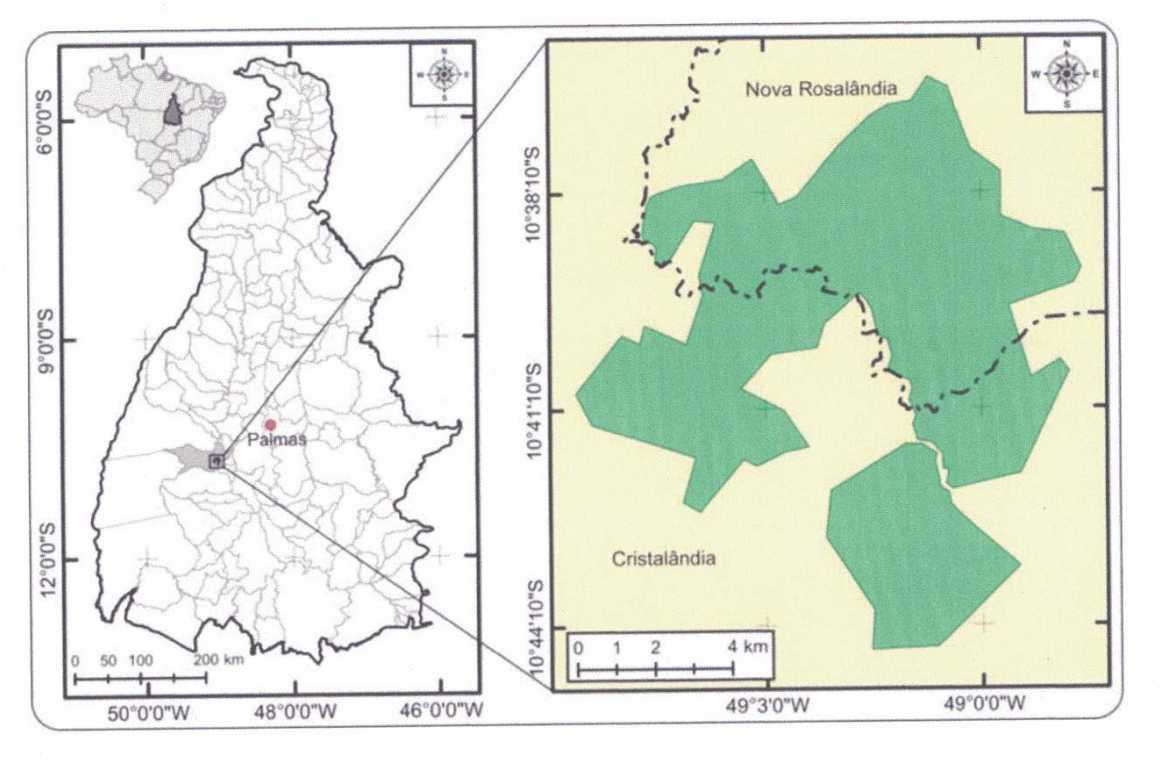
O MST começa a tomar corpo no país a partir de 1984, trazendo consigo o objetivo de lutar pela terra e pela reforma agrária. O movimento, pouco a pouco, ganhou força em todo o território nacional. É um movimento aberto a todos que lutam pela reforma agrária; possui uma organização coletiva através de suas bandeiras de luta; e teve forte influência da Comissão Pastoral da Terra, além de contar com aliados pertencentes a partidos políticos progressistas, sindicatos, instituições religiosas e outros movimentos. No Tocantins, o MST se estabeleceu definitivamente em 1998, com a ocupação de terras na região de Araguaína, ocupação que resultou na formação do Assentamento 1º de Janeiro. O MST, no Tocantins, substitui a liderança de Padre Josimo, um defensor da luta pela terra, que lutou junto às famílias do Bico do Papagaio em busca da posse da terra para morar e produzir de forma tradicional – isto é, no modo de produção não capitalista.

Tendo em vista os aspectos mencionados, para que os objetivos dessa pesquisa possam ser atendidos, a metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica e no levantamento de dados primários através de trabalho de campo e da aplicação de entrevistas. Em um primeiro momento, elaborou-se uma revisão bibliográfica acerca da temática proposta e, em seguida, foram elaborados os amparos teóricos, com leitura, transcrição e interpretação dos fatos e fenômenos sociais observados. O segundo momento envolveu a aplicação de um questionário às 40 famílias residentes no Assentamento

Padre Josimo I e II, com o objetivo de compreender a relevância das ações políticas e territoriais dos trabalhadores sem-terra no processo de formação e ocupação do assentamento. O terceiro momento do trabalho realizou-se após o trabalho de campo (aplicação dos questionários), e compreendeu a análise dos dados primários coletados e a elaboração do texto final.

O recorte territorial do objeto de estudo é o Assentamento Padre Josimo I e II situado entre as coordenadas: 48° 58'37'' de Longitude Leste e 49° 05'33" de Longitude Oeste; e 10° 36' 33" de Latitude Norte e 10° 44' 27" de Latitude Sul, entre os municípios de Cristalândia e Nova Rosalândia, no Estado do Tocantins. º Mapa 1 apresenta a localização do assentamento, representado pela cor verde.

Mapa 1 – Localização do Assentamento Padre Josimo I e II



Fonte: Elaboração e organização dos autores (2017).

O presente artigo está organizado nos seguintes tópicos: "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a luta política pela terra", que aborda os objetivos do movimento e quais as demandas sociais que levaram a que ele se instaurasse, na década de 1980, no Brasil; o segundo tópico, "Padre Josimo e a luta pela terra no Tocantins", descreve e analisa a liderança política e a militância do Padre Josimo, na luta política em prol dos camponeses pelo acesso à terra; e o terceiro tópico, "Resultados e discussões", aborda a atuação das ações políticas e territoriais dos trabalhadores sem-terra na formação do assentamento Padre Josimo e as contribuições de tais ações para o assentamento. Nas considerações finais, relatam-se as constatações e conclusões da pesquisa teórica e empírica.

Movimento Sem Terra e a luta pela terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) redefiniu o espaço de luta no campo brasileiro na década de 1985, territorializando suas ações, o que resultou na implantação de assentamentos de reforma agrária, com uma articulação por meio de assembleias, reuniões e atos públicos, entre os trabalhadores sem-terra, por meio de articulações e alianças políticas. Os assentamentos de reforma agrária criam espaços de vida e de produção no campo, de acordo com as demandas reivindicadas, como escola, energia elétrica e estradas. O MST teve e tem apoio para se articular simultaneamente em diferentes lugares, seja no campo, seja nas cidades, nas regiões etc. Os assentamentos de reforma agrária, mesmo com algumas dificuldades, representam a possibilidade de ações pessoais e coletivas dos assentados, conquistas de grupo, fortalecimento de atividades produtivas em estrutura familiar, possibilidades de inserção social, expansão das possibilidades de emprego, renda e consumo, além de promover fatores que possam determinar melhores indicadores sociais, políticos e econômicos da escala local à regional.

Porém, um caminho longo de luta e persistência é percorrido pelas famílias até a implantação e formalização de um assentamento de reforma agrária. Os assentamentos são considerados frutos de tensões sociais, ação sindical e mesmo iniciativa de autoridades locais (Bruno; Medeiros, 2001). A luta desses movimentos existe porque há uma concentração fundiária no Brasil que gera grandes desigualdades sociais no campo, e o MST surgiu da necessidade histórica da transformação social, sendo resultado do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro (Fernandes, 2000; Engelmann *et al*., 2012). O movimento foi se organizando com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Na constituição do MST, é observado que a luta não é apenas por um pedaço de terra, é uma luta permanente pela dignidade e pela vida, o que fez surgir a necessidade de participação de todos, fortalecendo assim a sua força política.

A gestação do MST ocorreu entre 1979 e 1984, entre conflitos, mortes, expropriação, expulsão de famílias camponesas, exclusão, miséria e fome. A resistência e a persistência são as armas que os militantes do movimento utilizam na luta pela terra. A luta principal é pela terra, mas o caminho que leva a isso é diverso e, em todos eles perpassa a desigualdade. O MST traz a esperança de superação de parte dessas desigualdades através da terra, e a minimização experimentada pela conquista dessa propriedade faz com que as pessoas acreditem, gerando aderência. A mística, a bandeira, os hinos, os bonés e as ferramentas de trabalho dão sentido às práticas dos sem-terra (Cruz, 2010; Medeiros, 2014) e funcionam como um elo entre o mundo real e o mundo ideal, em que se apresenta a identidade do movimento, sempre em construção (Sousa de Miranda; Cunha, 2013).

O MST também se caracteriza por ser um movimento criativo. Essa criatividade promove um novo jeito de viver a coletividade e auxilia na resolução de problemas (Santos, 2004). O movimento defende a necessidade de um Projeto Popular para a agricultura

brasileira, com uma proposta de reforma agrária capaz de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. É através da experiência comum de expropriação e de exploração que se pode entender a decisão das famílias de se organizarem. Há uma consciência no acampamento e outra no assentamento, já que os elementos que compõem as estruturas de ambos são diferentes. É no acampamento, por exemplo, que à luta pela terra agregam-se outras, entre elas aquelas para garantir o direito à educação de jovens e adultos. Iokoi (2004) reforça esse raciocínio, afirmando que

> esses trabalhadores, unidos pelo ideal de retorno à terra, oriundos dos mais diversos lugares, por mais de uma geração, afastados da realidade rural, não trazem em suas bagagens as mesmas referências ou vivências. No entanto, a história da migração é a história de laços cortados e elos perdidos, o que acarreta um desenraizamento desses homens e mulheres das mais diferentes idades (Iokoi, 2004, p. 258).

A vivência dentro do movimento, nos acampamentos e assentamentos, faz surgir uma nova estrutura de valores, construída na nova inserção territorial, de modo a garantir segurança e pertencimento. Em resumo, no acampamento, os trabalhadores se organizam politicamente para conseguir um pedaço de terra; já no assentamento, a luta política é para se manter o seu vínculo na terra e para atender as suas demandas sociais.

O MST se caracteriza pelo componente político de luta pela reforma agrária, onde se consegue conciliar os interesses particulares e corporativos com o interesse da classe (Medeiros, 2014). Segundo Fernandes (2000), o componente político possui o sentido da pluralidade e da coerência, porque é a política que sustenta a convivência na diversidade, marca principal do movimento. A formação política dos militantes do MST é o resultado de uma construção processual de educação, de práticas, valores, ideologias, bem como de ações, e traduz-se para o MST na possibilidade de avanço real na luta social do movimento. No movimento não existem cargos institucionalizados como pessoas jurídicas, por entenderem que as instâncias de poder devem ser compostas por competência coletiva e não por cargos individuais.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o MST organizaram ações políticas importantes pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, já não mais como problema residual, episódico, mas como rotineiro e de necessidade resolutiva urgente (Martins, 1984). Segundo Veiga (1985), a principal forma de resolução para a concentração fundiária no país seria a execução da reforma agrária, que se relaciona à modificação da estrutura fundiária, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e, indiretamente, da renda e do poder.

Uma das alternativas para a distribuição equitativa da terra é a luta política dos movimentos sociais e dos sujeitos sociais camponeses. Inclusive, essa luta deve fortalecer a sua musculatura política com aliança com outros movimentos sociais, sindicatos, igrejas e partidos políticos. Com a retraída da Teologia da Libertação e do Movimento Sindical em 1990, a responsabilidade pela formação política fica a cargo do próprio movimento que assume alianças estratégicas com a Igreja e o Partido dos Trabalhadores (PT), afirma Silva (2005). Os espaços de formação dos sem-terra são criados no início dos anos

1990, sendo o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) com maior destaque. Mas é especificamente a partir de 1995 que há a consolidação de cursos de formação de dirigentes. Nesse período, ocorre o desenvolvimento da relação entre movimento social e universidade, principalmente por meio da criação de cursos superiores (Silva, 2005).

Além disso, para o desenvolvimento político do integrante foi criada, a partir de 1990, a Escola Nacional, localizada em Caçador (SC) que, periodicamente, oferece cursos aos sem-terra. O MST ainda desenvolve cartilha e periódicos que visam aumentar a informação dos seus membros no campo político e econômico (Medeiros, 2014). No entanto, a formação política propiciada nos cursos só tem eficácia quando estreitamente relacionada às práticas políticas do movimento: participação efetiva nas ocupações, marchas, protestos, vivência em acampamentos e assentamentos. A formação política para os integrantes do movimento é importantíssima para que todos tenham consciência da necessidade de se mobilizar politicamente, de modo que o movimento possa continuar vivo e atuante, uma vez que sem a luta dos movimentos a realização efetiva da reforma agrária jamais se concretizaria.

Padre Josimo e a luta pela terra no Tocantins

Não há muitas informações sobre a infância de Padre Josimo. Segundo Silva (2011), existem informações de que ele nasceu em Marabá, no Pará, e depois mudou-se com sua família para Xambioá (antigo Goiás), de onde saiu para o ingresso no seminário. Josimo ainda não tinha nascido quando sua mãe, na companhia do pai, deixou o Nordeste, Carolina do Maranhão, para tentar a sorte em Marabá (PA). Do Marabá para Xambioá ele mudou com a mãe e sua irmã desprotegidos da presença paterna. O referido autor relata que as marcas da migração certamente afetariam a sua pessoa, pois Josimo conheceu os camponeses em sua vida de migrações.

Segundo Bezerra (2013), ainda criança, Josimo Moraes Tavares despertou o desejo de ser padre. Foi estudar no Seminário Leão XIII, em Tocantinópolis (TO), no qual teve uma educação tradicional e muito rigorosa. No período, sentiu que foi privado de carinho, sentia falta da mãe; como gostava muito de escrever, mantinha um diário pessoal. Josimo ficou sob a responsabilidade de Dom. Cornélio Chizzini e permaneceu no Seminário Leão XIII em Tocantinópolis até os 15 anos. Josimo saiu de Tocantinópolis para Brasília e, de lá, foi para Aparecida do Norte (SP). Depois de estudar Filosofia e Literatura, foi para o Seminário Franciscano de Petrópolis (RJ). Um de seus professores foi Leonardo Boff, o apóstolo da Teologia da Libertação. Não era considerado líder, porém optou por trabalhar com os pobres, sempre tendo em vista os fundamentos na Teologia da Libertação. Nos anos 1980, a Teologia da Libertação estava no seu ápice e, certamente, foi um momento importante para Josimo abraçar a causa sobre a questão da terra.

Josimo foi ordenado Padre em 20 de janeiro de 1979 em Xambioá. Foi ordenado pelo seu mestre Dom Cornélio Chizzini, em Wanderlândia (TO), para trabalhar com o Padre Atílio, um padre italiano considerado ativista de esquerda. Após a sua chegada a

Wanderlândia, Padre Atílio foi removido da paróquia por motivo de segurança. Assim, o Padre Josimo assumiu a paróquia e a direção da escola do Ensino Secundário. Os bispos, preocupados com a problemática da Amazônia Legal e vendo o sofrimento dos camponeses, contribuíram para a rápida proliferação da CPT em todo o país. Na Prelazia, Josimo era responsável pela Pastoral da Juventude, pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e, enfim, pela CPT na Região Araguaia-Tocantins, conforme afirma Bezerra (2013).

Padre Josimo percebeu a luta dos camponeses pela posse da terra e passou a trabalhar essa questão no contexto do Bico do Papagaio em defesa do camponês, especificamente, no Município de São Sebastião do Tocantins (TO), onde atuou como pároco. A partir daí, Padre Josimo passa a ser uma liderança religiosa e política que lutou assiduamente em prol dos camponeses e trabalhadores no Norte do Tocantins. Entendeu que o problema mais urgente de seus paroquianos era a questão da terra, uma problemática que ele assumiu com ativismo político. Na sua concepção, um padre deveria procurar fazer o que Cristo fez, trabalhar com os marginalizados da sociedade: os pobres, os destituídos, os enfermos e as mulheres. Começou a trabalhar na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e travou um trabalho de denúncias sobre os abusos dos grileiros. Esse posicionamento político atraiu muita hostilidade para si, passando a receber ameaças de morte.

Perante a esse cenário, assumiu uma série de problemas de ordem social, juntamente com tensões e desafios da região. Segundo Breton (2000), Josimo desempenhou um triplo papel: ser pastor, profeta e sacerdote. O pároco via a missão de um padre como um trabalho voltado para as questões sociais, não somente para o mundo cristão. Para ele, a ideia de sacerdócio é totalmente diferente da maioria dos padres, encarava seu trabalho como uma forma de ajudar o povo a analisar sua própria situação e identificar seus problemas, desenvolvendo estratégias de sobrevivência. A sobrevivência envolveria tanto a resistência individual quanto a coletiva, e isso o conduzia novamente ao desafio de auxiliar as comunidades.

Padre Josimo, como militante e ativista político, teve forte influência nos movimentos sociais do campo e forte presença no imaginário da população da região do Bico do Papagaio, inclusive como parte do trabalho de base na articulação e organização de um movimento de mulheres camponesas no Tocantins (Ramos; Lira, 2016). É importante destacar que as mulheres camponesas possuem uma força política importante para a questão agrária local; os movimentos sociais articulados pela Via Campesina estão tomando dimensão dos conflitos e isso tem ocorrido cada vez mais, através de articulações de mulheres camponesas. Josimo deixou uma herança incontestável para a luta pela terra. Padre Josimo foi, no Bico do Papagaio, uma das lideranças de luta pela terra, e tornou-se um dos referenciais da luta pela terra no Tocantins e no Brasil.

No Estado do Tocantins, existe um histórico de conflitos agrários, em especial no Norte, na região conhecida como Bico do Papagaio – localizado às margens da floresta tropical amazônica, zona de confluência dos rios Araguaia e Tocantins e região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. A região é uma porta de entrada para toda a Amazônia Legal, e sofreu um forte processo de grilagem, expropriações

violentas das famílias camponesas e assassinatos de posseiros, sobretudo no governo militar. A luta pela resistência se fortaleceu pela vinda de missionários(as) da CPT, entre eles o Padre Josimo. O trabalho dos missionários configura uma resistência contra as crueldades do governo militar, que fez da questão fundiária um problema de segurança nacional. A truculência dos governos militares só fez aumentar a luta dos camponeses e dos movimentos sociais vinculados à terra. Um desses movimentos sociais é o MST.

Embora, no Tocantins, a demanda pela criação de projetos de reforma agrária por parte dos movimentos sociais exista muito antes da criação do estado, em 1988, dada a concentração fundiária, o MST começou a atuar com sede própria no Tocantins a partir de 1998. De acordo com Silva (2012), o trabalho tem sido intensificado pela coordenação geral de educação do MST no estado, por meio da escolarização e alfabetização, com o objetivo de construir um modelo de sociedade mais igualitário. O autor ainda enfatiza que uma das dificuldades do movimento no Tocantins é não possuir a estabilidade existente em outros estados, além de problemas de relacionamento com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Diante dos aspectos descritos, no próximo item discutiremos sobre as ações políticas e territoriais dos trabalhadores sem-terra e a atuação do MST na formação dos Assentamentos Padre Josimo I e II em Nova Rosalândia (TO) e Cristalândia (TO).

Lutas e conquistas territoriais no assentamento Padre Josimo

Os trabalhadores camponeses na batalha pelo acesso à terra precisam se organizar politicamente, de modo a colocar em prática um movimento para organizar uma agenda de luta e de ações. Historicamente, o movimento começa com ocupações nas imediações de rodovias. As ocupações são espaços de resistência, são práticas que levam às reflexões, socializadas nos encontros e na reprodução desses espaços. Geram-se, assim, novas experiências, com novos embates em um processo contínuo, resultando na espacialização da luta pela terra.

> A ocupação da terra é uma criação histórica. É um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses. É, portanto, um fato criado pelas pessoas e suas causas. E a principal causa é a defesa da vida (Fernandes, 2000, p. 66).

No Tocantins, o movimento e as ocupações de luta existem em todo o estado, motivados pelo MST, e muitas famílias se juntam nesta jornada. Primeiro, os trabalhadores sem-terra identificam as fazendas improdutivas da região, as famílias sem-terra que acreditam no movimento começam a trilhar um caminho longo. Instalam-se no acampamento, com as condições de vida precárias, mas com muita vontade e ânimo. O MST faz toda parte de animação e incentivo através de reuniões, palestras, vivências, formação política. Pressionam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a desapropriação da fazenda e a divisão de lotes para o assentamento das famílias. O período no acampamento é motivado pelo desejo de possuir a terra. Foi assim que ocorreu com as famílias atualmente pertencentes ao assentamento Padre Josimo

I e II. O assentamento recebeu o nome do padre devido à sua forte atuação no movimento pela terra.

Foi a partir das ocupações e das ações dos movimentos sociais dos camponeses, movidos pela alta concentração fundiária no Tocantins, que surgiu, no dia 31 de julho de 2003, o acampamento às margens da BR 153, a 10 km de Nova Rosalândia e a 3 km de Oliveira de Fátima (TO). O movimento foi organizado em 2002 e os camponeses acamparam em 2003, com orientação do MST, com o objetivo de compulsar o Incra a desapropriar a fazenda Jatobá e formalizar o assentamento. Era formado, inicialmente, por cerca de 330 famílias, oriundas de diversas cidades do Tocantins e de outros estados como Pará e Maranhão, e que receberam formação política do MST: participando de reuniões nos grupos de famílias, ocupando órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações e de outras atividades de cunho político (Silva, 2013).

Assim, após portaria de 30 de maio de 2005, em junho do mesmo ano, foi efetuada a transferência das famílias para as terras da fazenda denominada Jatobá. Depois de muita pressão dos acampados em 2007, o Incra liberou a terra e fez a divisão dos lotes. No momento da transferência, o acampamento era composto por 161 famílias. Para a área que se denominou Padre Josimo I seguiram 102 famílias e para a Padre Josimo II, 59 famílias. Essa divisão interna das famílias existiu desde o período do acampamento. Isso porque o segundo grupo de famílias se juntou ao acampamento, em um momento posterior ao início da ocupação. Daí a explicação para a nomenclatura do assentamento: Padre Josimo I e II, que, além de pertencer ao município de Cristalândia e de Nova Rosalândia, tem proximidade com o município de Oliveira de Fátima, com o qual também mantém relações sociais, políticas e econômicas (Silva, 2013).

De acordo com dados colhidos em trabalho de campo, após dois anos de luta, persistência e resistência no acampamento, foi emitido o direito de posse no dia 5 de maio de 2005, em uma área de 7.920 hectares, o que compreende aproximadamente 1.800 alqueires (goiano) na fazenda Jatobá. Essa área foi dividida, em 2007, em 162 glebas individuais que variam entre 5 e 10 alqueires, duas glebas destinadas à implantação de projetos produtivos sociais, duas glebas destinadas à instalação de equipamentos comunitários e três áreas (40% da área total do assentamento) à conservação e preservação ambiental. Esta proposta é resultado da segunda divisão proposição com a participação dos camponeses. A primeira divisão aventada pelo Incra não oportunizava o acesso aos recursos hídricos a todos os assentados e, diante disso, não houve aceitação da proposta apresentada pelos camponeses. Essa iniciativa reforça a importância da integração dos camponeses no processo, na participação dos sujeitos da ação e na ação.

A organização do trabalho e da produção existente nos assentamentos atualmente é fruto de um processo longo de experiências que se iniciaram no primeiro acampamento dos camponeses. A coordenação foi formada por lideranças escolhidas entre os sem-terra. As pessoas escolhidas e mais alguns assessores formaram a Comissão Central, responsável pela direção política da luta. Criaram as comissões de saúde, de alimentação e de negociação. Com essas ações foi possível criar os assentamentos I e II. As famílias que iniciaram a ocupação na forma de acampamento passaram por todo um

processo de organização e articulação política mediado pelo MST. Entretanto, as famílias que chegaram após a instalação do acampamento, não participaram desse ciclo inicial.

Assim, cada acampamento tinha sua política própria de organização estratégica. O acampamento Padre Josimo I, com 103 famílias, era coordenado pelo MST. E o acampamento Padre Josimo II, com 59 famílias, estava sob coordenação da Associação Manoel Tadeu, criada em 20 de setembro de 2005, com natureza jurídica privada situada no Assentamento Padre Josimo (Agrovila II, zona rural no município de Nova Rosalândia, estruturada especificamente para conduzir e desenvolver as atividades do assentamento. Essa forma de coordenação revela um grau de divergência política entre os acampamentos que iniciou no processo de organização e articulação política das famílias. Com apoio e orientação do MST, foi possível estimular a formação política dos assentados com a participação de reuniões nos grupos de famílias, ocupando órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações e de outras atividades de cunho político. Enquanto os acampados não tinham a renda do assentamento para garantir o sustento, os homens, em especial, vendiam sua força de trabalho em fazendas da região ou em atividades temporárias em cidades próximas.

A luta dos camponeses do assentamento Padre Josimo I e II está vinculada ao processo de expulsão e organização dos trabalhadores do campo. Os assentados são vítimas do processo de modernização e da histórica concentração fundiária, que modificou um conjunto de relações sociais no campo. Em geral, nessas situações, os camponeses expropriados ou expulsos do campo migram para as cidades em busca de trabalho, enfrentando o problema do desemprego, contra o qual a luta pela terra torna-se uma forma de garantir a sobrevivência (Fernandes, 2000). Sem condições de adquirirem terras para a manutenção do seu modo de vida, resta-lhes a seguinte alternativa: migrar para as cidades e tornar-se operários, ou buscar a terra para produzir e viver. Os camponeses do Assentamento Padre Josimo I e II optaram por esta última, pois queriam reconstruir seu verdadeiro modo de vida no campo.

O retorno ao trabalho no campo, através dos assentamentos, é uma justificativa plausível, inclusive para aqueles que estavam trabalhando em outras atividades nas cidades. Muitos camponeses viram, nos assentamentos, uma oportunidade, um modo de escapar da dinâmica das cidades, à qual não se habituavam. A violência e a incerteza do sustento da família são fatores marcantes para a decisão de participar do movimento. Observa-se, então, que a cidade não foi capaz de absorver a grande massa de camponeses que foram expulsos de suas localidades no campo e impulsionados para as periferias das cidades, numa espécie de migração forçada.

Agora, assentados à terra, os trabalhadores camponeses Padre Josimo I e II têm o desafio de continuar extraindo a produção para manter seu sustento. Deparam-se, assim, com a necessidade de continuar lutando para terem atendidas as suas demandas sociais, econômicas e educacionais. Para isso, é importante que os assentados continuem vinculados ao MST. Através de entrevista realizada com quarenta famílias assentadas no Assentamento Padre Josimo I e II, em outubro e novembro de 2016, foi reafirmada a

importância do MST na orientação do processo de acampamento e assentamento das famílias assentadas.

Em entrevista realizada com vinte e cinco famílias do Padre Josimo I e quinze famílias do Padre Josimo II, percebe-se que o assentamento Padre Josimo I tem mais mulheres do que o assentamento Padre Josimo II, de modo que Padre Josimo II tem mais homens assentados, pelo menos em nossa amostragem de entrevistados, conforme podemos visualizar no Quadro 1. Outro ponto interessante de se notar é o número de filiados ao MST nos dois assentamentos. No assentamento Padre II, todos são filiados, enquanto no Padre Josimo II encontram-se quatro famílias não filiadas. Em resumo, quase todas as famílias entrevistadas são filiadas ao MST. Ser filiado ao MST é importante para reforçar e dar musculatura à organização política do movimento, possibilitando o enfrentamento da resistência contra latifúndios e o agronegócio e, sobretudo, ampliando o poder reivindicatório perante o poder público para atender as demandas sociais da comunidade local.

Quadro 1 – Famílias filiadas e não filiadas ao MST do Assentamento Padre Josimo I e II

Entrevistados				
Assentamento	Quantidade	Quantidade por sexo	Filiados ao MST	Media morador/casa
Padre Josimo I	25	20 femininos	1 não	4
		5 masculinos	3 não	
Padre Josimo II	15	5 femininos	Todos filiados	4
		10 masculinos		

Fonte: organizado pelos autores (2016). Dados colhidos em entrevista realizada em outubro e novembro de 2016 pelos autores.

Um dos entrevistados, inclusive, relatou que estava muito perigoso ficar acampado às margens da BR-153 devido às ameaças de morte feitas pelos moradores das cidades vizinhas. Segundo ele, os moradores da região chamavam os acampados de “vagabundos”, “safados” e “sem que fazer” (*sic*), com ameaças físicas de violência. Em outubro de 2007, houve um incêndio no acampamento (vila construída na sede da fazenda Jatobá), em que foram queimados 32 barracos. De acordo com os entrevistados, há a suspeita de que esse incêndio seja criminoso. O incêndio pressionou o Incra a acelerar o processo de sorteio dos lotes, além de dar suporte para os assentados com doação de madeiras, disponibilização de mão de obra para a reconstrução dos barracos e cestas básicas. Outro entrevistado relatou que o Incra, após os dois anos de acampamento na vila, dividiu a terra, numerou e fez o sorteio dos lotes. Com efeito, na “parte das terras” considerada mais apta para a agricultura; os lotes seriam equivalentes a menos terra (média de oito alqueires) e as “terras menos aptas” para agricultura, os lotes seriam equivalentes a mais terra (média de dez alqueires).

Segundo os entrevistados, o MST não atua mais dentro do assentamento, tanto o do Padre Josimo I como o do Padre Josimo II, que optaram por permanecer na luta

através da Associação das Comunidades, uma vez que a consideram de melhor representatividade, já que relataram que, para o MST vir ao assentamento, os assentados teriam que arcar com as despesas. Assim, eles preferem a Associação para receber orientações do Incra. O MST teve participação ativa no Josimo II, apenas, no processo de acampamento. O Josimo II resolveu se desvincular do MST desde o acampamento final. O presidente da associação regularizou a documentação e os assentados receberam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sem a ajuda do MST. Receberam também auxílio do técnico do Incra, que atua no assentamento juntamente com o presidente da associação.

No Josimo I, segundo relatos de entrevistados, o MST perdeu força, credibilidade e liderança devido às atividades duvidosas de alguns líderes, e este descontentamento político levou os acampados a optarem pela associação que foi formada ainda no acampamento às margens da BR-153. O público, em geral, tem um posicionamento errôneo e equivocado perante as promessas não cumpridas por autoridades, candidatos de partidos políticos ou de pessoas que representam instituições, em nosso caso o MST. Entretanto, devemos destacar que o MST é um movimento social e político digno de respeito e de nossa confiança, ele representa os interesses e demandas dos camponeses e trabalhadores expulsos do campo.

A boa notícia é que estes fatos acontecem de forma isolada dentro dos assentamentos agrários. No assentamento em análise, por exemplo, vale destacar que muitas lideranças que surgem nos assentamentos são jovens que iniciaram sua participação política no acampamento ao acompanharem seus familiares e continuam a luta, recebendo apoio e orientação do MST. Dentro da própria dinâmica do MST existe o intercâmbio de militantes de vários estados do Brasil, que colaboram na organização política das ações, evidenciando as experiências positivas de suas regiões de origem. Ou seja, com o distanciamento do MST, essas oportunidades poderão não acontecer.

A influência do MST no assentamento hoje remete a heranças, uma vez que o movimento não atua mais nas ações e decisões dentro do assentamento Padre Josimo I e II. No entanto, muito do que as famílias viveram e participaram ficou armazenado como experiência e possivelmente é utilizado em sua nova realidade. O acampamento é um espaço comunicativo onde as famílias reconsideram seus projetos familiares em um movimento entre permanência e mudanças de valores, de crenças e de ideologias (Farias, 2011). O envolvimento com o MST, mesmo que seja temporário, traz mudanças na forma de ser, pensar e agir desses sujeitos. Assim, serão inumeráveis as influências sociais e políticas deixadas pelo MST para as famílias assentadas.

É natural que, com a conquista da terra, os objetivos originais, orientados pelo MST, se modifiquem, de modo que a luta política pela reforma agrária em um contexto nacional enfraqueça. Nos assentamentos agrários, os camponeses assentados, com o tempo, podem substituir as orientações da luta do MST por outras, como a luta pelas necessidades práticas do dia a dia. Segundo Miranda *et al*. (2013), coexistem duas lógicas inerentes às ações do MST: uma lógica política e uma lógica prática.

> A *lógica política* é construída em torno de ideais revolucionários, enquanto a *lógica prática* é elaborada em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. As duas lógicas são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares, sendo a primeira dominante naqueles momentos em que o MST celebra e reforça o *ideal do grupo*, enquanto a segunda predomina nas interações cotidianas e nas tomadas de decisão sobre os problemas enfrentados por acampados e assentados. [...] Os elementos de identificação, que promovem a união entre famílias sem-terra no período de acampamento, vão sendo dissolvidos com a criação do assentamento. Os acampados empreendem ações coletivas para adquirir um benefício comum, no caso a terra, guiados pela *lógica política* e *prática* do movimento. Adquirido o benefício, há uma desmobilização e, os agora assentados, tendem a reforçar a *lógica prática* (Miranda; Cunha, 2013, p. 364, grifos dos autores).

Apesar do pontuado por Miranda e Cunha (2013), a luta política também constitui uma lógica prática no rigor do termo. E se não houver a luta política – que os autores consideram uma luta revolucionaria –, certamente, não haverá a luta prática. É a luta revolucionária que cria as condições políticas e práticas para a oxigenação do movimento. A lógica política deixa aprendizados e um legado para os assentados continuarem lutando no assentamento, através da participação no movimento, vários aprendizados na troca realizada a partir dos encontros, assembleias, reuniões, grupos de estudo, marchas, debates organizados dentro do acampamento. Os aprendizados e experiências vividas no acampamento farão parte desse novo processo. A luta se amplia com formalização do assentamento e outras necessidades vão se apresentando para a manutenção na terra.

Considerando que o MST é formado por dirigentes, militantes e pessoas do movimento, nelas estarão impregnadas as marcas de alegrias, de tristezas e de posicionamentos políticos conflitantes. Esse conjunto de aprendizados e experiências é o que norteia o seguimento da luta pelas famílias do Assentamento Padre Josimo I e II. Os mediadores atuam mais na condição de facilitadores e auxiliadores, não significando que trabalham em nome dos camponeses, sendo coadjuvantes do embate pela terra (Silveira, 2016). A organização do movimento é uma resposta consciente à exploração social, propondo uma transformação social que atenda os anseios daqueles que lutam pela terra.

O trabalho do MST na luta dos camponeses acampados teve um papel importante para o despertar do conhecer de novas realidades e possibilidades através da união, para alinhar um objetivo em comum. Observamos que os entrevistados veem o MST como um instrumento de acesso à terra e bens – tanto materiais como simbólicos e pedagógicos. Os acampados passam a ter consciência de que as ocupações e os acampamentos são formas de organização positivas para os assentados, pois, por meio desses processos de ocupação, conquista-se um espaço, um pedaço de terra – o que eles mais precisavam, conforme verificamos ao longo da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais no campo não são problemas da atualidade, não pertencem a uma questão pontual e temporal, e sim histórica. A colonização de exploração

iniciada em 1500 pelos portugueses dá início a esse processo de desigualdades, em uma dupla exploração: dos recursos naturais (pau-brasil, ouro, diamantes), que foi possível com a força de trabalho escravo de indígenas e dos povos africanos, e depois a exploração dessa mesma força de trabalho na produção agrícola, sobretudo na produção de cana-de-açúcar (*plantations*). E a história seguiu seu curso mantendo estas heranças que foram fortalecidas pelo capitalismo industrial e financeiro.

Na análise de como se organizaram politicamente o MST e a luta pela terra no Tocantins, é possível verificar que as lutas dos explorados pelo direito à terra também não são recentes na história. Índios, negros, posseiros, camponeses (e todos aqueles que são forçados ou expulsos da terra pelo modo de produção capitalista) sempre se organizaram e lutaram pela terra. Politicamente, para resolver o problema da posse da terra, são várias as batalhas políticas e violentas para reivindicar o acesso à terra. Entre elas temos o movimento da reforma agrária. É perceptível, também, que as políticas de reforma agrária instituídas pelo Estado não atendem às demandas sociais e políticas da população que não possui um pedaço de terra para morar, plantar, colher e trabalhar. Como forma de compelir o Estado para estabelecer políticas para esse fim, surge o MST, que organiza e luta pela posse da terra, representando a resistência camponesa frente a esse mesmo Estado e ao latifúndio. Em resumo, o MST representa as lutas antigas e atuais, marcadas pela desigualdade social imposta pela sociedade capitalista.

O MST realiza encontros periódicos em escala local, regional e nacional para a definição da pauta de luta de acordo com o cenário nacional, além de promover a formação política dos seus militantes. Tal formação é realizada através da participação de reuniões nos grupos de famílias, ocupação de órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações políticas e de outras atividades de cunho político. Esta atuação do MST fez-se presente no Assentamento Padre Josimo. Isto é, a atuação do MST foi ativa no acampamento Padre Josimo I e II, que deu origem ao assentamento. É importante que membros do acampamento mantenham uma ligação forte com o MST para a continuidade da luta no assentamento.

A decisão dos assentados do Padre Josimo I e II de se desvincularem do MST após a formalização do processo, por descontentamentos políticos desencadeados na caminhada entre o acampamento e o assentamento, entretanto, é aqui vista como natural, fazendo parte do processo dialético dos movimentos sociais em um contexto social contraditório. A própria divisão do assentamento em Josimo I e II e a existência de duas associações são fruto desse processo dialético de uma sociedade contraditória. Vale destacar que, para o Incra, não existe divisão no assentamento Padre Josimo. Entretanto, as questões socioeconômicas (especialmente de reivindicações) do assentamento após a formalização é direcionada pelas duas associações.

O afastamento do MST provoca também um afastamento da luta pela reforma agrária, que não é desejável, pois é importante que os movimentos sociais tenham orientação do MST. A continuidade da luta de quem já se estabeleceu incentiva e apoia aqueles que ainda brigam pela conquista da terra. Mesmo os que já estão assentados continuam na luta: por infraestrutura; por saúde; por educação; por melhores mecanismos de plantio

e escoamento da produção; por acesso a água, entre outros. O governo não se ocupa da manutenção da qualidade de vida desses moradores, é necessário que eles se mobilizem politicamente para terem as suas reivindicações atendidas. É o exemplo da demarcação de terras indígenas e quilombolas que são asseguradas constitucionalmente, mas, para demarcação desses territórios, tem que haver muita luta para fazer valer o direito de acesso à terra. Inclusive, há uma PEC-215, tramitando no Congresso Nacional, que expressa que a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e quilombolas é inconstitucional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. V. *Assentamento padre Josimo I e II:* a posse definitiva da terra e novas realidades. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, 2009.

BEZERRA, M. S. S. *Ecos e silenciamentos na luta do Padre Josimo junto aos movimentos sociais da região do Bico do Papagaio-TO na década de 1980*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Presidência da República. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRETON, B. L. *A morte anunciada de Josimo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L. S. *Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais*. Brasília: INCRA/FAO, 2001, 40 p. (Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO.)

CRUZ, F. S. Do essencialismo ao não essencialismo: reflexões sobre a identidade cultural do MST. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 181-201, maio/ago. 2010.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. *Revista Eletrônica do CEMOP*, n. 2, 2012.

FARIAS, M. de F. L. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, julho 2011. *Anais.* São Paulo, 2011, p. 1-17.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

IOKOI, Z. M. G. Reforma agrária e movimentos sociais: diferentes alternativas na América Latina. *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). *O campo no século XXI:* território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.

MARTINS, J. de S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, A. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: princípios, características, organização e formas de luta. *Revista da Faculdade de Direito*, v. 35, n. 2, p. 59-86, 2014.

MIRANDA, R. S. CUNHA, L. H. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, p. 363-375, 2013.

MIRANDA, Roberto Sousa de; CUNHA, Luis Henrique. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, p. 363-375, 2013.

RAMOS, G. I; LIRA, E. R. Padre Josimo Tavares e as relações sociais no campo: intersecções, formação política e movimentos sociais de mulheres no Estado no Tocantins. *Produção Acadêmica*, n. 1, 2016.

SANTOS, M. dos. Raízes do MST. *Revista Pegada*, v. 5, n. 1 e 2, 2004.

SILVA, C. S. D. da. Dimensão política na análise dos impactos socioterritoriais de assentamento rural em Cristalândia-TO. *Caminhos de Geografia*, v. 14, n. 45, 2013.

SILVA, M. S. A. L. Os acampados da TO-050 e a luta pela terra. *In*: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Uberlândia-MG, 2012. *Anais*. Uberlândia-MG, 2012. p. 25-43. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1085_1.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Moisés Pereira da. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2011.

SILVA, R. M. L. da. *A dialética do trabalho no MST:* a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2005.

SILVEIRA, S. M. P. da. O sujeito no MST: um estudo de caso. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, n. 232, p. 47-60, 2016.

VEIGA, J. E. da. *O que é reforma agrária*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Rondonópolis em 1993, mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília em 1999 e doutorado em Geografia pelo Instituto de Geociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Concluiu o curso de doutorado em 16 de maio de 2006. É Pós-doutor pelo Instituto de Estudos Socioambientais – Programa de Pós-graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás – Goiânia concluído em 2013. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço geográfico, educação e espaço geográfico, meio ambiente, sociedade-natureza, urbanização; correntes do pensamento geográfico. É professor associado IV, professor do Mestrado em Geografia na UFT-Campus Porto Nacional e no curso de Geografia de Porto Nacional-TO/UFT.

E-mail: robertosantos@uft.edu.br

ELIZEU RIBEIRO LIRA – Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. P. P. SP. (2004). Pós Doutor em Desenvolvimento Territorial pelo IPPUR/UFRJ (2016). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. P. P. SP (1995). Especialista em Educação Brasileira/ Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Goiás UFG (1992) Graduado em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília (1987). Coordenador do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional (2011 a 2014). Coordenador do Grupo de Pesquisa NURBA/UFT/CNPq (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários). Diretor e membro do conselho editorial da Revista Produção Acadêmica impresso (ISSN-1809-2756 e Revista Produção Acadêmica II (ISSN 2448-2757); Revista do Laboratório de Geografia Agrária da USP (ISSN 1808-1150); Campo Território (ISSN 1809-6271); Tocantinense de Geografia (ISSN 2317-9430). Atualmente é Professor Associado III no Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional – TO, Professor Permanente do Mestrado em Geografia na UFT campus de Porto Nacional – TO. Músico popular e crítico literário. Possui experiência na área de Geografia humana, com ênfase em Geografia Agrária, Urbana, Regional e do Território, atuando principalmente nos seguintes temas: a questão agrária, ensino de geografia, movimentos sociais no campo e na cidade, território e territórios indígenas, cidade, produção do espaço urbano e comunidades tradicionais.

E-mail: liraelizeu@mail.uft.edu.br

LUCINÉIA MEDRADO DE SOUZA – Graduada em História e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Tocantins (UFT).

E-mail: lucineiamedrado@gmail.com